



**PODER LEGISLATIVO**  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA**  
**DO ESTADO DO AMAZONAS**

**COMISSÃO DE GEODIVERSIDADE, RECURSOS HÍDRICOS, MINAS, GÁS,  
ENERGIA E SANEAMENTO**

---

**PARECER**

Matéria: **Projeto de Lei nº 149/2025**

Proponente: **Deputado MÁRIO CÉSAR FILHO**

Relator: **SINÉSIO CAMPOS**

Institui diretrizes para a fiscalização Ambiental e dos Recursos Hídricos.

**I – RELATÓRIO**

Encontra-se sob exame da Comissão de Geodiversidade, Recursos Hídricos, Minas, Gás, Energia e Saneamento o Projeto de Lei nº 149/2025 que Institui diretrizes para a fiscalização Ambiental e dos Recursos Hídricos.

O Projeto de Lei foi incluído em Pauta nas reuniões ordinária nos dias 20,24 e 25 de fevereiro de 2025. Não recebeu substitutivo.

Em seguida, foi encaminhado à: 1. **Comissão de Constituição, Justiça e Redação, Constituição, Justiça e Redação**, tendo decidido de forma **FAVORÁVEL** à aprovação do Projeto de Lei 149/2025. 2. **Comissão de Assuntos Econômicos**, tendo decidido de forma **FAVORÁVEL** à aprovação do Parecer ao Projeto de Lei 149 /2025 e 3. **Proteção aos Animais, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**; tendo decidido de forma **FAVORÁVEL** à aprovação do Parecer ao Projeto de Lei ora mencionado.

Dando continuidade ao Processo Legislativo, a propositura chega a está Comissão de Geodiversidade, Recursos Hídricos, Minas, Gás, Energia e





**PODER LEGISLATIVO**  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA**  
**DO ESTADO DO AMAZONAS**

## **COMISSÃO DE GEODIVERSIDADE, RECURSOS HÍDRICOS, MINAS, GÁS, ENERGIA E SANEAMENTO**

---

Saneamento, para análise dos aspectos previstos no artigo 27, XV, "a", do Regimento Interno.

É o relatório.

### **II – FUNDAMENTAÇÃO**

Conforme o autor alega em sua justificação o Projeto de Lei tem como objetivo estabelecer diretrizes para a fiscalização ambiental e dos recursos hídricos no Amazonas, fortalecendo os mecanismos de controle e monitoramento das atividades com potencial poluidor.

Buscam integrar órgãos fiscalizadores, setor produtivo, entidades de pesquisa e sociedade civil, priorizando áreas críticas de risco ambiental, como unidades de conservação, margens de rios e zonas de desmatamento.

Prevê ainda o uso de tecnologias de monitoramento remoto para ampliar o alcance das ações, garantindo maior eficiência na preservação da biodiversidade e da qualidade de vida das atuais e futuras gerações.

A Lei Federal nº 9.433/1997 (Política Nacional de Recursos Hídricos) estabelece que a água é um bem de domínio público e recurso natural limitado, dotado de valor econômico, devendo ser gerida de forma descentralizada e participativa. O Projeto de Lei se harmoniza a essa política ao criar mecanismos de fiscalização mais eficientes.

E nestes casos o meio ambiente prejudicado, tem amparo constitucional e legal, conforme se pode notar nos dispositivos a seguir:

**Art. 225.** Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Assegura também a Carta Magna em seu art. 24, incisos VI e VIII, o seguinte:





**PODER LEGISLATIVO**  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA**  
**DO ESTADO DO AMAZONAS**

**COMISSÃO DE GEODIVERSIDADE, RECURSOS HÍDRICOS, MINAS, GÁS,  
ENERGIA E SANEAMENTO**

---

**Art. 24.** Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

VI – florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;

VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;

O Amazonas, portanto, pode estabelecer normas específicas que complementem as federais, atendendo às peculiaridades regionais.

Por todas estas razões, entende-se fundamental o apoio e apreciação por esta Douta Casa desta importante iniciativa contida no Projeto de Lei nº 389/2024 que institui a obrigatoriedade de ressarcimento aos usuários dos serviços de energia elétrica por perdas de produtos perecíveis decorrentes da falta de energia.

Em sendo assim, compreendemos que o Projeto de Lei sob análise desta Comissão traz tema de relevante interesse público e tem amparo no que prescrevem os artigos 27, inciso XV, alíneas a e d, e 88, § 1º da Resolução Legislativa nº 469, de 16 de março de 2010, que Institui o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas e dá outras providências.

Dessa maneira, estando à proposição em harmonia com as exigências constitucionais e legais, por objeto lograr autorização legislativa. E em conformidade com outras normas jurídicas em vigor, e na qual se enquadra nos termos da Lei complementar 95/1998 que Dispõe sobre a elaboração, a redação, alteração e a consolidação das Leis.

### **III – CONCLUSÃO**

Em suma, razões expostas neste Parecer, fundamentam a manifestação **FAVORÁVEL** dos Colegiados Técnicos que aqui se manifestam pela sua aprovação ao **Projeto de Lei nº 149/2025** de autoria do Deputado Mário César Filho, a proposição merece nosso acolhimento, no que tange ao mérito,





**PODER LEGISLATIVO**  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA**  
**DO ESTADO DO AMAZONAS**

**COMISSÃO DE GEODIVERSIDADE, RECURSOS HÍDRICOS, MINAS, GÁS,  
ENERGIA E SANEAMENTO**

---

pela sua relevância, e porque se reveste de boa forma jurídica, legal e regimental, conclamando aos Nobres Pares desta CGEO e ao Plenário idêntico voto.

***Por isso, voto pela sua APROVAÇÃO.***

S.R. DA COMISSÃO DE GEODIVERSIDADE, RECURSOS HÍDRICOS, MINAS, GÁS, ENERGIA E SANEAMENTO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 29 de setembro de 2025.

**Deputado SINÉSIO CAMPOS**  
Relator





**PODER LEGISLATIVO**  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO  
ESTADO DO AMAZONAS

## ASSINATURAS DIGITAIS

CRISTIANO DA SILVA DANGELO - DEPUTADO(A) - EM 06/10/2025 13:09:27  
ABDALA HABIB FRAXE JUNIOR - DEPUTADO(A) - EM 29/09/2025 11:54:47  
SINESIO DA SILVA CAMPOS - DEPUTADO(A) - EM 29/09/2025 11:21:02

